

NORTEANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM OLHAR SOBRE DOCUMENTOS ELABORADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS (1996 – 2012)¹

Luciana Mara Espíndola Santos – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

Os cursos de formação em serviço, oferecidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis aos profissionais das creches e NEIs têm caminhado para a elaboração de um currículo único para a Educação Infantil. Com foco nesse movimento, o propósito deste trabalho foi investigar em que medida os documentos norteadores para tal etapa da Educação Básica se relacionam à proposição de um currículo. O material empírico, formado por cinco documentos produzidos nos anos de 1996, 2000, 2004, 2010 e 2012, foi cotejado com estudos sobre currículo e sobre Educação Infantil. Foi possível compreender que tais documentos são, em certa medida, propositores de currículo, porém, neles faltam elementos técnicos, conceituais e de discussões sobre o currículo como dispositivo de poder.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Infantil; Currículo; Florianópolis.

ORIENTATION OF EDUCATIONAL PRACTICES: TAKING A LOOK AT DOCUMENTS OF THE DEPARTMENT OF EDUCATION OF FLORIANÓPOLIS (1996 – 2012)

ABSTRACT

The training courses offered by the Government of the city of Florianópolis to teachers of Kindergartens are oriented to the elaboration of curriculum for Early Childhood Education. With focus on this movement, the purpose of this paper was to investigate how the guiding documents for Children Education are relate to the proposition of a curriculum. The sources are 5 documents produced in the years 1996, 2000, 2004, 2010 and 2012, analyzed in confrontation with studies on curriculum and Early Childhood Education. It is possible to understand that such documents are partly propositions of curriculum, however, they miss technical, conceptual and discussions about the curriculum as power device.

KEYWORDS

Children Education; Curriculum; Florianópolis.

INTRODUÇÃO

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - Reunião Científica Regional da ANPED (X ANPED Sul), de 26 a 29/10/2014, em Florianópolis-SC, e publicada nos anais do evento sob o título de *Educação Infantil e currículo em Florianópolis: apontamentos pós nova LDB*.

Um dos temas de formação continuada ofertado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis aos trabalhadores da Educação Infantil, no final de 2013, relacionava-se à constituição de um currículo para as creches e Núcleos de Educação Infantil (NEIs) públicos da cidade. O intento deveria, ao longo de estudos e encontros sistematizados, permitir que consultores, especialistas, diretores e equipe gestora da Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis formulassem um currículo a ser implantado nas unidades educativas, considerando os documentos do governo federal, bem como o material elaborado por essa Diretoria nos anos de 2010 e 2012: “Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil” (2010) e “Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis” (2012). Documentos elaborados com o propósito de nortear as práticas pedagógicas nas creches e NEIs, oferecendo aos professores mais liberdade para a escolha dos temas, metodologias de trabalho etc.

A intenção já fora anunciada em outros documentos da Secretaria Municipal. Uma apostila curricular, elaborada no ano de 1981, havia sido oferecida para as instituições educativas municipais e, no ano seguinte, outro documento, desta vez elaborado pelo Governo do Estado (apostila referente aos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro), serviu de guia para o trabalho na Educação Infantil. Entretanto, foi durante a administração que esteve à frente da prefeitura, nos anos de 1993 a 1996, que se elaborou um documento com mais referenciais, tanto legais quanto teóricos, visando subsidiar a prática pedagógica. Tal documento pertence a um conjunto de três cadernos, intitulados “Traduzindo em ações: Das diretrizes a uma proposta curricular”, sendo um tomo relativo ao Ensino Fundamental, um referente à Educação Infantil e o terceiro contendo relatos de experiências na rede já citada.

No último ano desta administração, publica-se tal material, que aponta para novos olhares sobre a educação de crianças de pouca idade, mas também conta uma história sobre a Educação Infantil municipal, desde a implantação de sua primeira unidade educativa, como consta nas páginas iniciais do documento:

Após essa síntese histórica, resgatada a partir de documentos produzidos por todos aqueles que nos precederam, gostaríamos de refletir sobre a importância de revermos as ações passadas, jogando luz no percurso que nos trouxe até aqui, e projetar o futuro desejado. Este documento, produzido coletivamente e de forma processual, deve auxiliar na projeção deste futuro, indicando caminhos, redimensionando ações de todos os profissionais que dele participam, abrindo novas perspectivas e avaliando a prática precedente (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 16).

1996 é um ano emblemático, quando a Educação Infantil passa a ser considerada a primeira etapa da Educação Básica com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394/96), alargando o horizonte de expectativas de muitos governos, e o que aparentemente traria avanços para a educação brasileira passa a ser alvo de críticas, envolvendo, por exemplo, a formação docente para atuação nessa etapa de educação, como bem aponta a pesquisadora da infância Ana Beatriz Cerisara (2002, p. 332):

Quanto ao *locus* dessa formação, a LDB define que esta se dará em cursos de licenciatura, de graduação plena em universidades e em institutos superiores de educação. Vale destacar que foi essa lei que criou a figura dos institutos superiores de educação e dos cursos normais Superiores. Se, por um lado, esta deliberação sobre a necessidade de formação específica em nível superior das professoras de educação infantil pode ser vista como um avanço na direção da profissionalização da área, por outro lado, a criação dos institutos superiores de educação revela que este avanço é relativo [...].

Relativo, pois, segundo Cerisara, há uma especificidade no trabalho docente com crianças pequenas que não deve ser desconsiderado, tampouco aligeirado nos cursos de formação, por exemplo, nos

[...] chamados emergenciais, em sua grande maioria pagos, e que são justificados pelo prazo estabelecido pela LDB, de dez anos desde a sua publicação, para que todas tenham formação específica em nível superior, podendo ser aceito magistério em nível médio. Mais uma vez o governo delega a essas professoras a responsabilidade por sua formação, sem assumir como sua a tarefa de fornecer as condições objetivas para que elas se profissionalizem (CERISARA, 2002, p. 334-335).

Atento a esse movimento que visa capacitar os profissionais que trabalham com crianças pequenas, bem como às discussões que tomam o currículo como ferramenta capaz de qualificar o trabalho nas creches e NEIs, este estudo buscou analisar, no município de Florianópolis, os documentos propositores de currículo, com atenção especial os que foram elaborados a partir da promulgação da LDB, em 20 de dezembro

de 1996. Tal análise tem como objetivo, para além de fazer uma descrição de cada documento, confrontar em que medida cada um desses referenciais se dispõe a fazer e propor currículo a partir das contribuições de Ivor Goodson e Tomaz Tadeu da Silva.

DE 1996 A 2012, COMO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS PENSOU A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA CONSTRUÇÃO CURRICULAR

A Educação Infantil passou a ser ofertada em âmbito público municipal no ano de 1976, quando da inauguração NEI Coloninha, localizado nesse bairro da região continental da cidade. Foi uma ação de iniciativa da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS), no âmbito do projeto “Núcleos de Educação Infantil”. O início do projeto, em 1976, traz a marca da educação compensatória e assistencialista como proposta de ação, apesar de ainda caracterizar-se apenas como projeto. (OSTETTO, 2000).

Do primeiro NEI até 1996, as mudanças em relação às propostas curriculares e organização pedagógica foram muito lentas e pautadas ora pela educação assistencialista, ora pela compensatória, como já apontado.

Somente em 1996 foi possível detectar com clareza uma outra concepção e um outro fazer na Educação Infantil, registrados principalmente nos documentos do Movimento de Reorganização Curricular, buscando emancipar-se e livrar-se da marca assistencialista e compensatória arraigada nas práticas e nos cotidianos das creches e NEIs. Na pretensão de indicar elementos curriculares, inicia-se uma discussão sobre a necessidade de alguns pressupostos para o trabalho com crianças. Não há clareza na adoção de uma estrutura, metodologia ou mesmo matriz curricular, não sendo possível identificar um debate mais adensado sobre o que é currículo, pergunta que é respondida da seguinte forma:

Currículo não é somente uma carta de intenções, um documento ideal. É no dia a dia das Creches e NEIs que se delineia um currículo mais amplo que qualquer documento. É nas situações educacionais que os indivíduos trazem consigo uma bagagem prévia de significados, de valores, de atitudes e de comportamentos adquiridos em outros espaços, conjunto este que irá construir o currículo real (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 16).

Há uma distinção entre currículo real, currículo ideal e, pode-se supor, currículo praticado, contudo, não aparece neste caderno, qualquer conceituação do que se poderia entender por esses termos. Nas referências bibliográficas, apenas um material cita currículo, de autoria de Tomaz Tadeu da Silva e Antônio Flávio Moreira (2004). Tal fato pode indicar um certo descompasso no que tange a uma compreensão sobre currículo e sua operacionalização no cotidiano das instituições educativas. O documento de 1996, assim como os que seguiram e serão apresentados adiante, não discutem currículo, tampouco abordam aspectos que de modo algum podem ser negligenciados, como as relações de poder e conflitos que permeiam a construção de uma matriz curricular (GOODSON, 2005; SILVA, 2004).

O currículo é uma das importantes narrativas nas quais certos grupos sociais exercem o privilegiado poder de representar outros. Uma das mais importantes tarefas da crítica e da intervenção cultural em educação consiste precisamente em perguntar quais grupos e interesses não apenas estão representados no currículo, mas têm o poder de representar outros. E, inversamente, quais grupos e interesses deixam de estar representados ou são representados por outros (SILVA, 2004, p. 201-202).

O governo que esteve à frente da Prefeitura de Florianópolis, nos anos de 1997 – 2004 implementou medidas relacionadas à infância e à criança, não só no âmbito educacional. Na saúde, o Programa Capital Criança se mantém e é qualificado, buscando prestar atendimento a todas as crianças residentes no município, com atenção especial aos recém-nascidos, almejando redução nas taxas de mortalidade infantil. Na Educação, em especial na Educação Infantil, as políticas realizadas visavam, de acordo com Oestreich (2013), aumentar a oferta de vagas por meio de três estratégias: parcialização do atendimento às crianças (oferta de vagas em período parcial), vaga a mais (destinada a crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar), criação de turmas mistas ou agrupamentos. As instituições conveniadas² também foram incentivadas, ampliando a oferta de vagas nesses espaços.

No que tange a propostas pedagógicas, referenciais curriculares e documentos normativos e norteadores específicos para a Educação Infantil, destacam-se dois: “Síntese de Qualificação na Educação Infantil” (2000) e “Formação em Serviço:

² Denomina-se instituição conveniada aquela que é mantida por organizações não governamentais sem fins lucrativos e que recebe recursos municipais, porém não é gestada pelo município.

partilhando saberes, vislumbrando perspectivas” (2004), ambos resultantes de formações para profissionais atuantes nas creches e NEIs, bem como de consultorias prestadas à rede de ensino de Florianópolis.

O primeiro, fruto de encontros formativos realizados em anos anteriores, “Síntese de Qualificação na Educação Infantil”, integra junto a outros dois, “Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental” e “O Movimento de Reorganização Didática: Instaurando uma nova Práxis no Ensino Fundamental”, um conjunto documental padronizado na sua forma e estrutura, sendo que os cadernos destinados ao Ensino Fundamental apresentam também maior qualificação em relação aos conteúdos, com exemplos práticos e orientados teoricamente. Os três cadernos, apresentam a mesma estrutura gráfica e *layout*. O caderno sobre a Educação Infantil totaliza sessenta e seis páginas e abarca dezenove curtos textos, que variam de uma a seis páginas. Neles não há referências bibliográficas, elas encontram-se ao final do documento, sem qualquer divisão.

“Quadro Geral da Qualificação da Educação Infantil/2000” é o primeiro texto e traz um apanhado geral sobre os encontros formativos proporcionados pela rede, indicando modalidade, público-alvo, carga horária e período. Assim como esse texto, o último escrito, “Mostra Educativa”, também não pode ser considerado um texto formativo, entretanto, ambos informam sobre a estrutura e algumas atividades desenvolvidas nas creches e NEIs. As demais produções estão atreladas e são de autoria de docentes ministrantes dos cursos formativos. Os temas se diversificam e destaca-se a quantidade de textos que propõem metodologias de trabalho e temas para a Educação Infantil. Tais escritos parecem apontar para uma preocupação em relação ao trabalho pedagógico desenvolvido nas unidades. Apenas dois textos se dispõem a tratar, embora brevemente, sobre temas de ordem mais teórica e de concepções de educação, são eles: “Pedagogia da Infância/ Dimensões Humanas”, de Marcia Regina Goulart Stemmer e Verena Wiggers e “Infância, Educação Física e Educação Infantil” de Deborah Thomé Sayão. Os dezenove textos não parecem ter ligação entre si, dispensam linguagem acadêmica e centram-se mais nos objetivos das formações. Não há fotos, nem desenhos

e, com exceção de três documentos, os demais não apresentam subdivisões ou tópicos no corpo do escrito.

Dos textos que compõem o documento, onze tratam sobre questões que envolvem currículo, embora a palavra em si seja citada apenas quatro vezes; nas referências bibliográficas aparece apenas um livro que se destina ao tema currículo. De fácil compreensão, o caderno foi amplamente distribuído para professores, especialistas³ e unidades educativas, no intuito de fazer ressoar um pensamento em construção sobre a Educação Infantil.

Na direção de se construir uma Educação Infantil em consonância com os documentos legais produzidos pelo governo federal, mas também tornando essa etapa da Educação Básica vitrine de uma gestão, é lançado, no ano de 2004, o caderno “Formação em Serviço: partilhando saberes, vislumbrando perspectivas”, fruto de formações ocorridas também em anos anteriores. Tal como o caderno produzido anteriormente se propôs, em certa medida, o caderno de 2004 procurou dar continuidade ao trabalho desenvolvido no primeiro material, como explicita o texto de apresentação: “O Caderno Síntese da Qualificação da Educação Infantil não é o resultado, mas sim, a continuidade do trabalho/processo desenvolvido com os profissionais, e compreende a criança como um SER PÚBLICO DE DIREITOS” (FLORIANÓPOLIS, 2004, p. 13).

Os materiais produzidos diferenciam-se pela capa apresentada e número de páginas, que chegou a cento e cinquenta. Esse caderno, pode-se dizer, é visivelmente mais elaborado, não só no que tange à sua materialidade, mas também em relação ao conteúdo, que se divide em cinco eixos: “O Cotidiano e o cuidado com a criança de 0 a 6 anos em Creches e Pré-Escola”, “Diferentes Linguagens”, “Temas Diversos”, “Educação Inclusiva” e “Nutrição e Saúde”. Tais formações deram-se por meio de quatro modalidades de encontro: grupos de discussão, oficinas, ciclo de debates e palestras. A equipe de docentes incumbida da escrita dos textos também foi responsável por ministrar os cursos da formação.

³ Especialistas: profissionais que desempenham função qualificada no magistério, são enquadrados no quadro do magistério, mas não atuam como docentes. São eles: supervisor escolar, administrador escolar, orientador pedagógico.

Sobre o conteúdo dos textos, pode-se dizer que, na primeira parte do caderno, que trata do tema “O Cotidiano e o cuidado com a criança de 0 a 6 anos em Creches e Pré-Escola”, o binômio cuidar e educar aparece ainda mais enfaticamente, alargando esse entendimento a outros profissionais que atuam nas unidades educativas, como os auxiliares de serviços gerais, os servidores de limpeza e cozinheiras.

[...] não podemos continuar pensando *que quem não tem estudo não pensa, não sabe, então também não pode educar*. Pensar ainda sob esse ponto de vista é colocar-se numa perspectiva que desconhece a dimensão fundante que constitui o cuidar e o educar na direção da construção de uma pedagogia para a educação infantil. Nos parece que é hora de superar a dicotomia, a divisão formal que existe no cuidar da criança e educá-la nos espaços de educação coletiva (FLORIANÓPOLIS, 2004, p. 38).

A segunda parte, “Diferentes Linguagens”, ministrada em forma de oficinas, subdivide-se em oito temas, compreendendo arte, sexualidade, corpo e movimento, linguagem escrita, leitura, jogos e brincadeiras e ação pedagógica por projetos. As oficinas foram ofertadas aos profissionais que atuavam diretamente com as crianças e os textos são propostas de temas e atividades a serem executadas nas creches e NEIs, mas não na forma direta, como um passo a passo, mas propondo ideias, referências e inserindo novos conceitos e metodologias. No texto “A Educação Infantil e o termo projeto”, as autoras não se propõem a montar um projeto padrão, entretanto, dão pistas, por meio de dezessete perguntas lançadas ao longo do escrito, sobre como se pode trabalhar com essa ferramenta pedagógica (FLORIANÓPOLIS, 2004).

A terceira parte do caderno trata de “Temas Diversos”, ministrados como ciclo de debates e palestras. Novamente o tema educar e cuidar aparece acentuadamente, entretanto, em um dos textos a discussão se inicia abordando aspectos do educar e cuidar na pré-história, alimentando a ideia de que ele sempre existiu, afastando a perspectiva de construção social de ambos os conceitos, fato que se opõe, de certa maneira, à própria concepção defendida, mesmo que timidamente, pelos propositores de tal documento.

“Educação Inclusiva” compõe a quarta parte do caderno, formada por quatro textos abordando alguns aspectos legais e fornecendo um panorama conceitual sobre deficiência física, visual e mental. São poucas as interfaces com o trabalho pedagógico,

seja na proposição de planejamentos e ações, seja na referência a documentos e pesquisas que pudessem de fato auxiliar ao professor no exercício da docência. Contudo, percebe-se certa preocupação com o atendimento a crianças deficientes, possivelmente fruto do aumento da demanda, incentivando esse público a frequentar a educação regular, conforme a lei.

O documento encerra-se com três textos pertencentes a quinta e última parte: “Nutrição e Saúde”. O primeiro discorre sobre aspectos alimentares e necessidades nutricionais, abordando aleitamento materno, desmame e nutrição do bebê. O segundo enfatiza questões relacionadas à higiene pessoal das crianças, bem como objetos e espaço físico. Para finalizar, as docentes Hannelore Matsuo e Mônica Rocha Castro Hofheinz escrevem sobre “Saúde Vocal”, material direcionado aos professores e auxiliares de sala, com intuito de informar e prevenir sobre problemas decorrentes da má utilização da voz.

Os vinte e seis textos que compõem o caderno, incluindo prefácio, apresentam-se de modo claro e objetivo, embora com pouco adensamento teórico. Parte dos escritos traz aspectos legais, de ordem empírica e algumas conceituações. Não foi possível perceber nos textos uma posição mais marcada e fundamentada teoricamente em relação a concepções de ensino, infância, criança e educação. Observa-se, no entanto, mais rigor quanto à apresentação dos textos que, em sua maioria, são finalizados com as referências bibliográficas, diferentemente do material editado no ano 2000. Entretanto, o percentual de textos que trata de currículo é bastante semelhante, 60%, com a palavra currículo aparecendo também quatro vezes. O que se amplia são as referências a documentos externos, totalizando cinco, o número de materiais de apoio relacionados ao tema.

Destarte, mesmo tendo sido elaborado para servir como suporte à prática pedagógica, visando fornecer aos docentes subsídios para a construção de seus projetos, planejamento de atividades e expansão de suas ações, o caderno não se propõe a discutir de modo mais adensado as relações entre currículo e escolarização, por exemplo. Tal discussão, para Goodson (2005), se faz necessária, uma vez que o currículo carrega as marcas de um instrumento de escolarização, e se “[...] constitui também um dos

melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização” (GOODSON, 2005, p. 21). Será esse um ponto de resistência ao tratamento mais direcionador de uma proposta curricular? Os documentos seguintes também se esquivam de uma discussão mais densa?

Em 2010, projeta-se um novo olhar para a Educação Infantil, típico dos governos no Brasil, que tendem a silenciar ou mesmo apagar as marcas deixadas pelos antecessores, tal qual outros também fizeram. Os novos ideais, propostos pela administração que assumira em 2005, fazem emergir, num intervalo de dois anos, dois documentos, inspirados nos de elaboração oficial nacional. Tais materiais, também com aporte teórico localizado nos professores convidados a assessorar a construção do documento (oriundos da Universidade Federal de Santa Catarina), objetivavam direcionar as práticas pedagógicas nas creches e NEIs. Muda-se o recorte temporal, as temáticas, o *layout* do documento, mas mantêm-se as intenções de marcar na sociedade as contribuições de uma gestão para determinado setor.

Em sua materialidade, pode-se dizer que, tanto o caderno elaborado em 2010, quanto o de 2012 são visivelmente semelhantes, no tamanho, na forma e no *layout* interno. Os conteúdos abordados no primeiro são retomados no segundo, mas de maneira mais adensada.

O material, que leva o nome “Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil”, foi editado em 2010 e chama a atenção pelo colorido das fotos, que compõem não só a capa, mas o corpo do trabalho como um todo. O documento é dividido em duas partes, precedido de apresentação e introdução. Elaborada pela professora Eloísa Acires Candal Rocha, a introdução ressalta a importância de se pensar no trabalho docente em creches e NEIs, respeitando os documentos norteadores e considerando os estudos de Vygotsky (1999).

Após essa introdução, o caderno, que é dividido em duas partes, apresenta na primeira os textos produzidos por pesquisadores da infância e que também ofereceram formação na rede de Florianópolis; a segunda contém relatos de experiências. Seis textos compõem a primeira parte, sendo dois específicos sobre ações pedagógicas e estratégias de ação; um sobre formação de leitor e produção textual; um sobre corpo e

movimento; um tratando arte e criação; e o último abordando a ação do supervisor na Educação Infantil. Os textos são bem fundamentados e, em sua maioria, frutos de pesquisas de mestrado e/ou doutorado. Há aprofundamento conceitual e de caráter metodológico, bem como certo rigor científico, estando todos os textos em consonância com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas⁴ (ABNT). A segunda parte do documento, “Relatos de Experiência”, dá a ver, em certa medida, de que forma o trabalho pedagógico se constrói em algumas unidades educacionais. Dez relatos de unidades educativas aparecem em textos independentes, mesclando fotos com narrativas sobre como cada unidade viabiliza seu trabalho pedagógico. Os textos são compostos, em sua maioria, por até quatro autores, entretanto, dois textos apresentam, como autor, o nome da unidade educativa, indicando autoria do coletivo que atuava na instituição. Não há nos relatos uma descrição clara quanto à fundamentação teórica e concepções de ensino, criança, infância e educação seguidas. De modo geral, os textos tratam da brincadeira, com pouco detalhamento, sem dar peso a sua importância no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Destaca-se que dois escritos não apresentaram referências bibliográficas, o que, para uma compilação que se propõe direcionador de práticas educativas, não poderia faltar.

Ainda assim, é um documento que traz em todos os seus escritos, inclusive nos relatos de experiência, elementos pertinentes ao currículo. Nas referências bibliográficas, aparecem seis trabalhos sobre questões curriculares.

O segundo caderno, editado no ano de 2012, segue, como já dito anteriormente, um formato muito semelhante ao trabalho já descrito. “Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis” é, sem dúvida, o documento mais próximo de um currículo lançado nesse novo milênio; não somente por trazer em seu título essa palavra-chave, mas por, de fato, propor conteúdos e eixos temáticos fundamentados em bases legais e empíricas a fim de direcionar o trabalho pedagógico nas unidades educativas. Entretanto, nesses trabalhos, são poucas referências sobre teorias curriculares, currículo e sociedade, ficando distante a condição de seleção e poder do currículo, como destaca Silva (2009, p. 15): “O currículo é sempre resultado

⁴ Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>.

de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo”.

Também Goodson (2005) convoca a pensar nas relações existentes entre o currículo escrito e o currículo ativo, ou seja, o que é posto em prática. Para esse autor, não basta estudar apenas o que está contido no que determina o currículo escrito, é preciso que se analise aquilo que efetivamente é realizado na sala de aula, pois isso é igualmente currículo. Nessa esteira, os documentos produzidos pela Secretaria de Educação de Florianópolis apresentam, de forma clara, sobretudo o documento lançado em 2010, relatos de projetos e atividades ocorridas nas unidades educativas e que nada mais são do que componentes de um currículo ativo. Entretanto, não há um documento que tenha sido oficialmente caracterizado como currículo, embora esses mesmos documentos sejam, em certa medida, propositores de ações e conteúdos, agindo numa espécie de disciplinamento sutil.

Voltando ao último documento que aqui se pretende analisar, “Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis”, destaca-se que ele totaliza 264 páginas e tem forma semelhante ao caderno lançado em 2010. Dividido em quatro partes, precedidas de breve apresentação e introdução, o documento, rico em cores e fotos, apresenta, na primeira parte, o texto da professora Eloísa Acires Candal Rocha, antes publicado no documento de 2010, seguido da resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A segunda parte, “A Brincadeira”, anunciada como “[...] uma das atividades centrais da vida da criança” (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 34), trata da importância dessa atividade socialmente construída e que deve ser o eixo norteador do trabalho pedagógico nas creches e NEIs. Um texto com vinte e uma páginas e foto nas quais é possível identificar crianças em situações de brincadeira, traz algumas considerações sobre como as brincadeiras estão acontecendo nas unidades educativas. Dá ênfase à importância do brincar como atividade cognitiva e social, aportando-se em Gilles Brougère (2002) e Lev Vigotsky (1994); destaca a brincadeira como atividade que deve ser planejada pelo professor, numa tentativa de desnaturalizá-la como atividade infantil.

Ao final, três páginas são destinadas a algumas prescrições de como o professor deve entender a brincadeira, bem como articulá-la ao seu planejamento, observações e registros e avaliação.

A terceira parte, “Núcleos da Ação Pedagógica”, subdivide-se em três tópicos: Relações Sociais e Culturais; Linguagens (Oral e Escrita; Visual; Corporal e Sonora); Relações com a Natureza: manifestações, dimensões, elementos, fenômenos físicos e naturais (FLORIANÓPOLIS, 2012). Essa é a parte mais extensa, cento e setenta e cinco páginas totalizam os três textos que procuram dar ênfase às atitudes e atribuições docentes, tornando-se, em certa medida, repetitiva, como o primeiro texto destaca: “As indicações desse núcleo de ação, em certa medida, introduzem as que serão desenvolvidas nos núcleos que seguem [...], [...] o que também acarretará a repetição de algumas delas ao longo do documento” (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 92).

Os três núcleos apresentam referências a documentos elaborados pelo governo federal, desde leis a diretrizes curriculares nacionais, finalizando os escritos com pequenas sínteses de como o professor deve, a partir do exposto, organizar e conduzir sua prática pedagógica: “Proporcionar às crianças dos grupos maiores a autonomia para se servirem nas refeições, atento para os alimentos quentes” (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 85); “Ajudar as crianças a estabelecerem interconexões dos conhecimentos que já possuem sobre o mundo físico e natural, com os conhecimentos produzidos ao longo da história pelas diferentes abordagens científicas” (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 198).

Talvez essa seja a parte que mais se aproxime de uma proposta curricular, uma vez que determina eixos de conteúdos a ser explorados nas creches e NEIs, ou seja, independente da metodologia utilizada pelo professor ele deverá, em sua prática pedagógica, tomar como referência o trabalho a partir dos núcleos de ação pedagógica que, apesar de não determinarem conteúdo de forma específica, indicam quais temas deverão ser mobilizados. Ao propor um projeto, o professor deverá ter o cuidado para que ele contemple os elementos propostos pelos três núcleos já citados, bem como as orientações determinadas em cada eixo.

A parte final do caderno, “Estratégias da Ação Pedagógica”, reforça o que os textos anteriores, em certa medida, destacam, entretanto há, nesse tópico, um

aprofundamento sobre os aspectos que se referem à documentação pedagógica. Observar, registrar e avaliar entram em pauta na elaboração de um planejamento que possa, de fato, em consonância com o proposto nos textos anteriores, subsidiar a prática pedagógica. Com vinte páginas, o documento se encerra explicitando que:

Ao compreender a Avaliação como parte de um processo mais amplo de organização da prática pedagógica, reconhece-se que todos os momentos da ação pedagógica estão articulados, pois é impossível planejar e avaliar sem o observar e registrar. A partir dessa ideia de integração das ações de modo sistemático e contínuo, torna-se possível vivenciar práticas com significados marcantes para adultos e crianças, dar a conhecer as suas experiências e construir uma identidade própria para cada contexto de educação infantil (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 249).

Igualmente ao documento de 2010, as referências bibliográficas sobre o tema tratado aparecem e todos os textos têm, em pauta, questões sobre currículo que, embora tragam boas discussões e elementos que auxiliam na confecção de um documento norteador para cada creche e NEIs, não fornecem subsídios para que se discuta o currículo como um instrumento de força, de poder, de história, tal qual propõe Goodson (2005, p. 28):

A luta para definir um currículo envolve prioridades sociopolíticas e discurso de ordem intelectual. A história dos conflitos curriculares de passado precisa, pois, ser retomada. Do contrário, nossos estudos sobre escolarização deixarão sem questionamento e análise uma série de prioridades e hipóteses que foram herdadas e deveriam estar no centro do nosso esforço para entender a escolarização na teoria e operacionalizá-la na prática.

CONCLUSÃO

A Nova LBD 9394/96 incluiu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e fez, sem dúvida, com que muitos governantes passassem a olhar para ela com mais atenção. Em Florianópolis, é possível observar, em reportagens de jornal, livros e pesquisas aqui já citados, o investimento realizado com o intuito de formalizar e qualificar ações desenvolvidas nos espaços das creches e NEIs. Os documentos oferecem indícios sobre a pretensão de se estabelecer uma certa homogeneização, para que cada unidade educativa pudesse elaborar seu currículo, mas tomando como base os pressupostos anunciados. Entretanto, as discussões e formação acontecidas no ano de 2013 sugerem uma nova questão, a de que deve se investir num currículo único, que

possa ser seguido por todas as unidades, o que nos dá pistas para pensar em várias questões, dentre elas como esses documentos têm sido incorporados e significados pelos professores em suas práticas pedagógicas.

Material bem elaborado, colorido, com referências, relatos de experiência, consistentes subsídios para a construção de um projeto pedagógico em sala, entretanto, tudo isso talvez não tenha sido agregado pelo corpo profissional. As formações ocorridas ao longo dos anos de 2010, 2011 e 2012, todas com ênfase no trabalho pedagógico voltado para os NAPs, parecem não ter alcançado o objetivo esperado. As experiências exitosas ocorrem pontualmente, assim como parecem ser pontuais as diversificações no que se refere à ampliação no repertório cultural das crianças.

Porém, o que aqui se clarifica, após se olhar com atenção os cinco documentos, é que a ideia de se formalizar e tornar as práticas educativas mais uniformes, evidentemente respeitando as especificidades de cada lugar, não é algo novo, nascido nas discussões desse milênio. Nos anos 1990, as discussões sobre currículo geraram o Movimento de Reorientação Curricular (mencionado no início desse trabalho), que resultou em documentos propositores de ações e projetou, mesmo que timidamente, um ideal educacional para as creches e NEIs, opondo-se à ideia assistencialista e compensatória.

As propostas tomaram cada qual sua especificidade, os documentos dos anos 2000 e 2004 apresentavam uma forte preocupação em apresentar o trabalho nas creches e NEIs como educativo e de cuidado, indissociável, ainda rompendo com as marcas de que a utilidade da creche era servir como espaço para que os pais pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Os dois últimos documentos, no entanto, trazem claramente uma proposta de trabalho, um direcionamento das ações educativas, sem serem “receituários”, mas fornecendo ferramentas para uma prática educativa pautada nos pressupostos da Pedagogia da Infância (ROCHA, 1999).

Finalizo perguntando: seria mesmo prudente lançar todas as fichas na construção de um currículo para a Educação Infantil, sem antes discuti-lo como um instrumento de poder, de escolhas, de conflitos? Não teria esse documento as mesmas chances de naufragar, assim como o anterior? Qual será realmente o nó que não permite grandes

avanços em relação ao trabalho com as crianças pequenas? Talvez responder a essas perguntas possa ajudar a pensar se a direção seguida tem sido a mais acertada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394 - 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23/12/96, p. 27.833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas Teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

CERISARA, Ana. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 326-345, set. 2002.

FLORIANÓPOLIS, PMF. SME. **Traduzindo em Ações**: das diretrizes a uma proposta curricular (Educação Infantil). Florianópolis: Edeme Indústria Gráfica, 1996.

_____. **Síntese de Qualificação da Educação Infantil**. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda., 2000.

_____. **Formação em Serviço**: partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda., 2004.

_____. **Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil**. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda., 2010.

_____. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda., 2012.

_____. **Currículo**: teoria e história. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

OESTREICH, Marlise. Democratização da educação infantil na rede pública municipal de Florianópolis: o direito das crianças e as estratégias dos governos municipais. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 58-86, jan./jun. 2013.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação Infantil em Florianópolis**: retratos históricos da rede municipal (1976-1996). Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

ROCHA, Eloisa Acires Candal; FARIA, Ana Lucia Goulart de. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma

pedagogia. 1999. 255f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Territórios Contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. Os Novos Mapas Culturais e o Lugar do Currículo numa Paisagem Pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Territórios Contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. P. 184-202.

_____. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. O Papel do Brinquedo no Desenvolvimento. In: _____. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. P. 121-137.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LUCIANA MARA ESPÍNDOLA SANTOS

Doutoranda em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Bolsista CAPES/FAPESC.

Integrante do grupo de pesquisa: Sociedade, Memória e Educação, coordenado pela Profa. Dr. Maria Teresa Santos Cunha.

Professora de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

E-mail: luciana_espin@hotmail.com